1. Marco de Referência

1.1. MARCO DE REFERÊNCIA/DIAGNÓSTICO

1.MARCO DE REFERÊNCIA

1.1.MARCO DE REFERÊNCIA/DIAGNÓSTICO

A.ASPECTOS GERAIS DO ESTADO

Criado com a Constituição de 1988, o Estado Do Amapá, cuja capital é Macapá, está localizado na Região Norte do Brasil. Possui 16 municípios e ocupa uma área de 142.828,521 km². Limita-se ao Norte com a Guiana Francesa; ao sul com o Estado do Pará; ao leste Oceano Atlântico; e a oeste com o Estado do Pará.

Desde sua criação, vem demostrando forte crescimento populacional, motivados principalmente pelas atividades de extrativismo e pela implantação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS). Segundo dados da Secretaria de Planejamento (SEPLAN), entre 2001 a 2017, houve um crescimento populacional (59,95%), superando os percentuais apresentados pela Região Norte (20,46%) e pelo Brasil (35,41%). Conforme último censo do IBGE, a população do Amapá é de 797.722,00 habitantes e a densidade demográfica é de 5,59 habitantes por km2.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Amapá em 2015 foi de R$ 13.750 milhões, com um crescimento, desde 2011, na ordem de 46,14%, percentual este maior que o apresentado pelos demais estados da Região Norte (32,42%) e pelo Brasil (36,74%) no mesmo período (vide Tabela 1 em anexo). O PIB per capita registrou crescimento de 1,3% em relação ao ano anterior (2014), atingindo o montante de R$ 18.079, ocupando a 16ª posição no ranking nacional em 2015, conforme Tabela 1.

A economia está concentrada no setor de serviços, que respondem por quase 85,8% da economia estadual, com destaque para o setor público (44%). No entanto, em 2015, o setor com maior crescimento foi o da indústria, com um aumento de 15% do valor adicionado bruto do estado, participando com 12% na composição do PIB, conforme Tabela 2.

B.SITUAÇÃO FISCAL DO ESTADO

Equilíbrio fiscal

A tabela 3 em anexo apresenta as principais informações relativas à situação fiscal do Estado do Amapá. Destaca-se que a trajetória da dívida consolidada líquida teve uma queda em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) de 24% entre 2014 e 2016, apresentando um comprometimento de apenas 31,09% (R$ 699.597.260), com espaço fiscal, segundo limite fixado pelo Senado Federal (200%), de até R$ 9. 745.547.758.

Outra informação relevante diz respeito as despesa com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo, cujo comprometimento em 2016 é de 40,63%, quando o limite prudencial é de 46,55% e o limite máximo é de 49%, conforme consignado na LRF.

No entanto, de forma similar ao ocorrido em todos os níveis da Administração Pública brasileira, o Amapá enfrenta, desde 2014, a maior crise financeira de sua história, com uma combinação de sucessivas frustrações de receita e crescimento de despesas de caráter obrigatório, provocando um crescente desequilíbrio das contas públicas.

Destaca-se, neste cenário, a queda do FPE, principal fonte de receita do Estado do Amapá, com subsequente comprometimento da capacidade de investimento e de adimplência junto à fornecedores, e subsequente redução dos recursos que seriam aplicados na economia regional, produzindo um efeito em cadeia na arrecadação própria. Ou seja, além das frustrações sentidas nacionalmente, impõem-se particularidades regionais, a exemplo do comportamento do ICMS (2ª principal fonte de receita, logo após o FPE), sendo esse um dos principais fatores de fragilidade das contas públicas. A trajetória da série histórica consolidada em 2016 denota que a mudança estrutural ocorrida no setor elétrico, associada aos efeitos da crise sobre o consumo, promoveram uma redução nominal no valor arrecadado aos níveis de 2012, conforme gráfico 1.

Desempenho da Receita

Conforme Tabela 5, as transferências correntes se destacam no financiamento do Estado do Amapá, representando 67,47% da Receita Total do Estado em 2016, sem considerar a dedução para a formação do FUNDEB. Os recursos do FPE no valor de R$ 3 bilhões, participou com 53, 78% da Receita Total do Estado de R$ 5,58 bilhões.

Especificamente quanto à receita tributária, destaca-se o ICMS, principal componente da receita própria (Gráfico 2), que apresentou oscilações negativas nos últimos anos, com retomada em 2017, conforme apresentado na Tabela 6. Para recuperação de crédito, concentrou-se os esforços na implantação de ferramentas no SATE para a implantação da EFD, a entrada em produção da fatura complementar para cobrança do ICMS devido nas entradas interestaduais, e um módulo específico para a dívida ativa, sob a gestão da Procuradoria Geral do Estado.

Desempenho da Despesa

Os dados dispostos na Tabela 7 comprovam os efeitos dos ajustes fiscais promovidos durante o período, com a redução das despesas, em busca do reestabelecimento do equilíbrio e sustentabilidade das contas públicas.

Quanto aos investimentos, verificou-se a queda nos últimos anos, decorrente da intensa crise fiscal enfrentada por todo o país, o que comprometeu grande parte das disponibilidades para o cumprimento de despesas obrigatórias, viabilizando o investimento no valor de R$ 139. 100.666,12 em 2016. Restrições que reforçam a relevância da contratação de programas como o PROFISCO II.

Ajuste fiscal

Neste cenário, em observância ao ordenamento, em especial à LRF, o Amapá promoveu uma série de medidas para combate à crise, das quais se destacam: (i) corte de gastos através da redução da estrutura administrativa e de 20% no valor dos subsídios do Governador, Vice e Secretários; (ii) não concessão de revisão geral anual ao funcionalismo público, desde 2015; (iii) indexação das propostas orçamentárias dos Poderes ao IPCA (PL nº 10/2016, ref. LDO 2018); (iv) início do processo de desestatização das companhias estaduais de eletricidade (CEA) e água e saneamento (CAESA). Para a CEA, foi aprovada a Lei nº 2.166/2017, autorizando a privatização, com tratativas avançadas para conclusão até fevereiro de 2018. Quanto à CAESA, encontra-se em execução o Acordo de Cooperação nº 16.2.0569, celebrado entre o BNDES e o Estado do Amapá, com valuation em andamento, e perspectivas da realização da privatização como um dos pioneiros em âmbito nacional.

Destaca-se ainda a elaboração de proposta de emenda à Constituição Estadual, de forma similar à PEC nº 241/2016, para o estabelecimento do Novo Regime Fiscal no âmbito do Estado do Amapá, em tramitação na Assembleia Legislativa.

Medidas, enfim, que buscam garantir condições para o restabelecimento sustentável do equilíbrio das contas públicas, das condições para o estímulo da economia através de investimentos públicos, da garantia de continuidade de atividades e serviços públicos essenciais, sem perder de vista, observando-se os princípios da razoabilidade e reserva do possível, o cumprimento dos limites da LRF, conforme exposto na Tabela 3 e complementado pela Tabela 4.

C.PROJEÇÕES FISCAIS

As projeções, conforme exposto nos instrumentos de planejamento (destaque para a LDO/2018), foram realizadas em observância à política fiscal que orientou os ajutes mencionados anteriormente: estabelecer limites para o crescimento da despesa, em busca do reestabelecimento do equilíbrio e sustentabilidade das contas públicas.

Assim, além do projeto de emenda constitucional para o estabelecimento do Novo Regime Fiscal (nos moldes realizados pelo Governo Federal), a LDO traz como novidade a limitação da proposta orçamentária para o exercício de 2018 em função da variação para a estimativa de receita ordinária do Tesouro estadual e do Índice nacional de Preços ao Consumidor Amplo ? IPCA. Trata-se de buscar que a receita tenha um incremento superior à despesa, gerando superávits progressivos que possam reestruturar as finanças e a condição de adimplência do Estado do Amapá.

As metas e projeções se encontram nos anexos da LDO, em observância aos ditames da LRF, resumidas na Tabela 8 em: (i) receita total, projetada para 2018 em R$ 5.847.622.514,00 (com destaque para as principais, o FPE, no valor de R$ 3.190.351.661,00, e ICMS, de R$ 769. 259.776,00); (ii) despesa total, projetada para 2018 em R$ 5.847.622.514,00 (destacando as despesas primárias em R$ 5.380.456.858,02 e dívida consolidada líquida em R$ 1.083.526.401,66); e (iii) os resultados primário (R$ -275.762.534,02) e nominal (R$ -594.710.323,96).

Para 2020, as projeções da LDO, resumidas na Tabela 8, são: (i) receita total, projetada em R$ 6.239.772.198,00 (com destaque para as principais, o FPE, no valor de R$ 3.483.943.773,00, e ICMS, de R$ 922.330.663,00); (ii) despesa total, projetada em R$ 6.239.772.198,00 (destacando as despesas primárias em R$ 5.799.284.204,68 e dívida consolidada líquida em R$ 463.261.716,12); e (iii) os resultados primário (R$ -226.491.539,68) e nominal (R$ -687.739.992,65).

D.AVANÇOS E RESULTADOS ALCANÇADOS

Não obstante a inviabilidade de acesso ao PROFISCO I por externalidades, foram promovidos avanços relevantes na Administração Fiscal nos últimos anos, a exemplo da implantação dos projetos nacionais (SPED, NF-e, CT-e, MDF-e, EFD, entre outras inovações).

Com o apoio dos grupos nacionais ligados ao CONFAZ (p.ex. ENCAT, COTEPE, FFEB), recursos próprios e originários do PMAE/BNDES, implantou-se o Sistema de Administração Tributária (SATE), uma solução integrada que viabilizou a modernização da Administração Tributária, simplificação de obrigações tributárias e melhor atendimento ao contribuinte.

E.DIAGNÓSTICO

É preciso reconhecer a defasagem decorrente da inviabilidade de acesso ao PROFISCO I/BID, decorrente de externalidades, resultando no sucateamento do parque tecnológico e outras adversidades que reforçam a necessidade da contratação ora solicitada. A crise e a inerente indisponibilidade de recursos para investimentos comprometeu ainda as áreas do Tesouro Estadual, que se encontram em situação de precariedade, com prejuízos para a gestão fiscal e subsequente equilíbrio das contas públicas e sustentabilidade do Estado do Amapá.

Assim, com base em metodologia diagnóstica formulada em cooperação com a Comissão de Gestão Fazendária (COGEF), que permite avaliar a Maturidade e o Desempenho da Gestão Fiscal (MD GEFIS), os dirigentes e técnicos estaduais identificaram um conjunto de problemas que poderiam ser objeto de ações de modernização, por área de intervenção, conforme segue:

A. GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL

A.1. deficiência no planejamento e na avaliação de desempenho institucional e no gerenciamento de riscos, pela: ausência de um modelo de gestão estratégica; Infraestrutura física depreciada e segregada; baixa integração das políticas e diretrizes para a gestão fiscal, envolvendo as áreas tributária e financeira; inexistência de processos padronizados e automatizados; e inexistência de unidade permanente na SEFAZ do Sistema de Controle Interno.

A.2. instabilidade da força de trabalho da administração fazendária e inadequação da gestão de pessoas, pela: falta de quadro efetivo e plano de carreira para Tesouro e área meio; ausência de avaliação da produtividade individual; e alta rotatitivade/descontinuidade e falta de retenção do conhecimento.

A.3. alto risco para informações sensíveis; baixa capacidade de atendimento, pela: falta de direcionamento estratégico; falta de avaliação e monitoramento da gestão de TI; parque tecnológico obsoleto; e infraestrutura precária.

A.4. baixa efetividade na comunicação da gestão fiscal com a sociedade, pela: ausência de previsão orçamentária específica para a Educação Fiscal; alcance limitado do programa na rede de ensino pública e privada; e processo não automatizado para publicação de relatórios fiscais.

B. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL

B.1. deficiência na apuração do gasto tributário, pela: apuração manual dos impactos da renúncia fiscal; inexistência de sistemática de cálculo do GAP tributário; e falta de controle/acompanhamento dos benefícios e regimes especiais.

B.2. dificuldade de cobrança do cumprimento tributário, pela: falta de atualização cadastral constante e baixa integração com fontes externas; inserção errônea de informações; ITCMD realizado sob demanda, sem controle efetivo e consulta a fontes externas; e multiplicidade de obrigações acessórias.

B.3. deficiência no planejamento e execução das ações fiscais; intempestividade e baixa efetividade das ações, pela: existência de fontes de informação dispersas e não estruturadas; falta de uma matriz de risco consistente; inexistência de monitoramento segmentado; planejamento empírico e restrito das ações fiscais; inteligência fiscal desestruturada; estrutura precária dos postos fiscais; e ferramentas de informática de fiscalização de trânsito com baixa disponibilidade.

B.4. lentidão e pouca transparência no contencioso, pela: existência de processos físicos, com tramitação manual e não estruturada; falta de infraestrutura e capaciação de pessoal (especialmente apoio); falta de um sistema de consulta inteligente de processos e acórdãos, integrada ao portal; reuniões presenciais, sem possibilidade de participação remota; e gestão da dívida ativa não integrada com o judiciário.

B.5. deficiência no atendimento presencial e virtual, pela: existência de poucos serviços online (portal/DTE); falhas e ineficiência no fluxo de processos; precariedade do mecanismo de consulta à legislação no Portal da SEFAZ; inexistência de mecanismos de cobrança do retorno dos processos.

B.6. baixa efetividade da cobrança administrativa, pela: falta de priorização das dívidas com maior potencial de recuperação; ausência de limites para a concessão de reparcelamentos; e falta de controle dos processos de ressarcimento, restituição e compensação.

C. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO

C.1. alto valor de devolução de recursos de convênios; deficiência na captação de recursos para investimentos, pela: inexistência de um planejamento de longo prazo; inexistência de uma carteira de investimentos; monitoramento precário dos investimentos; e inexistência de metodologia para previsões fiscais, especialmente para avaliação do impacto de despesas obrigatórias.

C.2. incapacidade de garantir adimplência tempestiva das obrigações, pela: inexistência mecanismo de priorização de gastos; inexistência indicadores para definição de políticas para aplicações e financeiro; e inexistência mecanismo para acompanhamento de receitas não tributárias e projeções.

C.3. ineficiência na gestão de precatórios, pela: existência de procedimentos relacionados aos precatórios realizados de forma manual e não integrado no SIPLAG; e descompasso entre orçamento e valores destindos a precatórios e passivos judiciais.

C.4. informações contábeis não orientam a tomada de decisão; prejuízo da transparência e controle social, pela: existência de um inventário do patrimônio desatualizado dos bens móveis e imóveis desatualizado, prejudicando a correta contabilização; inexistência de integração entre os sistemas de folha e compras públicas; Poderes e indiretas com sistemas independentes e não integrados, com fornecimento de demonstrativos em papel, com alto risco de inconsistências na consolidação; e inexatidão das informações contábeis relativas ao patrimônio.

C.5. deficiência no controle da dívida pública e no direcionamento estratégico, pela: falta de metodologia para projeções; inexistência de auditoria da dívida pública; descompasso entre orçamento e serviço da dívida; e procedimentos relacionados à dívida realizados de forma manual e não integrado no SIPLAG.

C.6. impossibilidade de avaliação da eficiência dos serviços públicos, pela inexistência de metodologia para apuração de custos; desconhecimento do custo dos serviços prestados; e falta de harmonização com os padrões nacionais exigidos pela STN.

1.2. MARCO DE REFERÊNCIA/SOLUÇÃO PROPOSTA

1.2.MARCO DE REFERÊNCIA/SOLUÇÃO PROPOSTA

Para enfrentamento dos problemas descritos a equipe de projeto, com apoio de uma ferramenta construída pelo PROFISCO para apoiar o desenho de projetos, garantindo sua lógica vertical, denominada Matriz de Problemas, Soluções e Resultados (MPS&R), selecionou as seguintes propostas de soluções, por área de intervenção:

GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL

Produto 1. modelo de gestão estratégica implementado, contemplando: (i) Implantação do processo de planejamento estratégico na SEFAZ/AP ; (ii) Implantação da gestão de riscos institucionais; (iii) implantação da unidade central de gestão fazendária; (iv) redesenho de processo organizacional; (v) aperfeiçoamento da corregedoria e implantação do controle interno na SEFAZ; e (vi) implantação da Gestão Eletrônica de Documentos e Processos (GED).

Produto 2. gestão de pessoas aperfeiçoado e integrado, contemplando: (i) implantação de modelo de gestão de pessoas comtemplando o mapeamento dos perfis e competencias do servidores; (ii) implantação de modelo de gestão do conhecimento; e (iii) fortalecimento institucional da administração fazendaria.

Produto 3. gestão de tecnologia da informação e comunicação aperfeiçoado, contemplando: (i) implantação do Plano Diretor de tecnologia ? PDTI; (ii) implantação de Modelo de Segurança da SEFAZ/AP; e (iii) implantação de datacenter (servidores, backup, sala-cofre).

Produto 4. mecanismos de transparência e comunicação com a sociedade fortalecidos, contemplando: (i) ampliação do programa de educação fiscal; e (ii) aprimorar o portal da transparência.

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL

Produto 1. mecanismos de política tributária modernizados, contemplando: (i) implantação de controle da concessão de benefícios fiscais; e (ii) aprimoramento da legislação tributária.

Produto 2. aperfeiçoamento do sate com integração à redesim e sped, e solução para o itcmd, contemplando: (i) aprimoramento da integração do SATE à REDESIM e SPED; (ii) implantação do controle automatizado do ITCMD; e (iii) aimplificação das obrigações tributárias.

Produto 3. modernização da fiscalização e inteligência fiscal, contemplando: (i) auditoria e inteligência fiscal modernizada; e (ii) fiscalização de trânsito.

Produto 4. aperfeiçoamento do contencioso fiscal e da dívida ativa, contemplando: (i) novo modelo de contencioso tributário; e (ii) implantação de órgão preparador.

Produto 5. modelo de atendimento integral ao contribuinte implantado, contemplando os canais presencial e virtual.

Produto 6. implantação de um novo modelo de recuperação de crédito, contemplando: (i) novo modelo de cobrança; (ii) implantação de sistemática de controle de restituição/compensação/ressarcimento; (iii) reestruturação do modelo de parcelamento; (iv) aprimoramento do sistema de conciliação bancária da conta arrecadação; e (v) integração do SATE ao SISCOMEX.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO

Produto 1. fortalecimento do planejamento e execução orçamentária, contemplando: (i) implantação de Carteira de Investimentos; e (ii) implantação de modelo de avaliação de impacto (despesas obrigatórias).

Produto 2. gestão financeira fortalecida, contemplando: (i) gestão Financeira fortalecida; e (ii) implantação da sistematica de distribuição da Cota a parte no SATE.

Produto 3. controle de precatórios aperfeiçoado, contemplando a implantação de módulo no sistema integrado de planejamento, execução orçamentária e gestão financeira.

Produto 4. gestão contábil fortalecida, contemplando aperfeiçoamento do Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SIPLAG); implantação da Gestão Contábil dos Bens Patrimoniais.

Produto 5. controle da dívida pública aperfeiçoado, contemplando implantação de módulo no sistema integrado de planejamento, execução orçamentária e gestão financeira.

Produto 6. modelo de gestão de custos implantado, contemplando implantação de metodologia e de módulo no sistema integrado de planejamento, execução orçamentária e gestão financeira.

1.3.MARCO DE REFERÊNCIA/ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

As Orientações Estratégicas de Governo estão explicitadas no Plano Plurianual estadual, cujo Eixo de Desenvolvimento da Gestão e Finanças contempla o desafio de ?maximizar a receita e racionalizar despesas, buscando manter o equilíbrio das contas públicas?, totalmente aderente ao objeto do projeto.

1.3. MARCO DE REFERÊNCIA/ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

As Orientações Estratégicas de Governo estão explicitadas no Plano Plurianual estadual, cujo Eixo de Desenvolvimento da Gestão e Finanças contempla o desafio de ?maximizar a receita e racionalizar despesas, buscando manter o equilíbrio das contas públicas?, totalmente aderente ao objeto do projeto.

Justifica-se por inúmeras óticas: para população, os resultados positivos estarão relacionados com melhorias na arrecadação, redução do gastos e transparência fiscal, contribuindo para uma melhoria na qualidade de vida tanto dos contribuintes quanto da sociedade em geral.

Destaca-se, também, que o projeto beneficiará distintos órgãos da administração pública estadual tais como: Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN), relativamente ao aprimoramento do SIPLAG, Secretaria de Estado da Administração (SEAD), relativo à integração do SIGA e SIGRH, e Procuradoria Geral do Estado (PGE), quanto à dívida ativa.

Os termos financeiros da operação estão estruturados dentro dos parâmetros definidos pelo BID com as seguintes opções oferecidas ao Estado do Amapá:

Carência: 5 anos

Prazo de amortização: 20 anos

Total da taxa de juros: 1,99% a.a.

Libor (3 meses): 1.02%

Margem do Fundo: 0.12%

Margem do empréstimo: 0.85%

Comissão de Crédito sobre o saldo não desembolsado do financiamento: 0,50%

Comparativamente ao mercado interno, as condições oferecidas pelo BID mostram-se mais atrativas, notadamente no tocante à taxa de juros, bem inferior àquelas praticadas no mercado brasileiro atualmente.

Um caminho de verificação da viabilidade econômica do Projeto é proposto a seguir. Verifica-se que o valor máximo da prestação anual, da ordem de US$ 1,8 milhões, correspondentes a cerca de R$ 5,8 milhões atualmente (USD 1,00 = R$ 3,20), representa menos de 0,77% da receita de ICMS obtida pelo Estado do Amapá em 2017. Assim, pode-se afirmar que um impacto fiscal do Projeto da ordem de 1% da receita tributária própria seria suficiente para justificar o financiamento. Observado que o crescimento nominal da receita do ICMS entre 2016 e 2017 foi de 7,9%, em contexto de crise econômica, é razoável concluir que o Projeto tem potencial para alcançar uma elevadíssima taxa interna de retorno.

Declara-se, para os devidos fins, que a origem da contrapartida está em conformidade com o disposto na Resolução COFIEX nº 2 de 5/9/2017, no caso de Estados, do Distrito Federal, de Municípios, assim como de suas respectivas administrações diretas, autarquias, fundações ou empresas dependentes.

A taxa de câmbio utilizada foi a vigente em janeiro de 2018 (USD 1,00 = R$ 3,20).

2. Projeto

2.1. Título
PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL DO ESTADO DO AMAPÁ

2.2. Título Abreviado
PROFISCO II AP

2.3. Mutuário
Estado do Amapá

2.4. Tipo Operacao
Operação de crédito externo

2.5. PROJETO/OBJETIVO

O objetivo do Projeto é contribuir para a sustentabilidade da gestão fiscal, por meio do aperfeiçoamento da gestão fazendária e transparência fiscal, da administração tributária e contencioso fiscal e da administração financeira e do gasto público, atendendo às diretrizes estratégicas estaduais previstas no Plano Plurianual 2016 ? 2019 (PPA).

São objetivos específicos:

a) gestão fazendária e transparência fiscal: melhorar o desempenho da governança pública, contribuindo para o aumento da eficiência no planejamento, monitoramento e avaliação dos resultados, a mitigação dos riscos fiscais, o fortalecimento dos mecanismos de transparência e a melhoria da prestação de serviços.

b) administração tributária e contencioso fiscal: melhorar o desempenho da administração tributária e do contencioso fiscal, contribuindo para o aumento da arrecadação das receitas próprias, a redução de tempos para o cumprimento das obrigações tributárias, a celeridade na tramitação do processo administrativo fiscal e a recuperação da dívida ativa.

c) administração financeira e gasto público: melhorar o desempenho da administração contábil e financeira, contribuindo para o aumento da eficiência no planejamento do investimentos e na execução dos gastos correntes, a apuração de custos e a melhoria da gestão da dívida pública e dos passivos contingentes.

2.6. Projeto/Indicadores

Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Linha de Base	Meta
Índice de Maturidade na Gestão para Resultados	Apuração do nível de aderência às melhores práticas nos processos	%		3,00
Diminuição da relação entre o custo para arrecadar e a arrecadação tributária	Orçamento de funcionamento da SEFAZ / arrecadação tributária	%	7,60	6,50
Redução da discrepância entre o orçamento executado e o orçamento planejado	Orçamento executado / orçamento planejado	%	80,45	95,00

2.7. Projeto/Componentes

Componentes	Valor(US$)
C - GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL	19.407.656,25
S - PRODUTO 1. MODELO DE GESTÃO ESTRATÉGICA IMPLEMENTADO	10.309.062,50
P - Modelo de Gestão Estratégica Implementado	10.309.062,50
S - PRODUTO 2. GESTÃO DE PESSOAS APERFEIÇOADO E INTEGRADO	629.375,00
P - Gestão de pessoas aperfeiçoado e integrado	629.375,00
S - PRODUTO 3. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO APERFEIÇOADO	8.319.218,75
P - Gestão de tecnologia da informação e comunicação aperfeiçoado	8.319.218,75
S - PRODUTO 4. MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA E COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE FORTALECIDOS	150.000,00
P - Mecanismos de transparência e comunicação com a sociedade fortalecidos	150.000,00
C - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL	11.638.750,00
S - PRODUTO 1. MECANISMOS DE POLÍTICA TRIBUTÁRIA MODERNIZADOS	425.312,50
P - Mecanismos de política tributária modernizados	425.312,50
S - PRODUTO 2. APERFEIÇOAMENTO DO SATE COM INTEGRAÇÃO À REDESIM E SPED, E SOLUÇÃO PARA O ITCMD	501.875,00
P - Aperfeiçoamento do SATE com integração à REDESIM e SPED, e solução para o ITCMD	501.875,00
S - PRODUTO 3. MODERNIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO E INTELIGÊNCIA FISCAL	9.104.531,25
P - Modernização da Fiscalização e Inteligência Fiscal	9.104.531,25
S - PRODUTO 4. APERFEIÇOAMENTO DO CONTENCIOSO FISCAL E DA DÍVIDA ATIVA	487.500,00
P - Aperfeiçoamento do Contencioso Fiscal e da Dívida Ativa	487.500,00
S - PRODUTO 5. MODELO DE ATENDIMENTO INTEGRAL AO CONTRIBUINTE IMPLANTADO	606.562,50
P - Modelo de atendimento integral ao contribuinte implantado	606.562,50
S - PRODUTO 6. IMPLANTAÇÃO DE UM NOVO MODELO DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO	512.968,75
P - Implantação de um novo modelo de recuperação de crédito	512.968,75
C - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO	1.573.593,75
S - PRODUTO 1. FORTALECIMENTO DO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	238.437,50
P - Fortalecimento do planejamento e execução orçamentária	238.437,50

S - PRODUTO 2. GESTÃO FINANCEIRA FORTALECIDA	292.187,50
P - Gestão financeira fortalecida	292.187,50
S - PRODUTO 3. CONTROLE DE PRECATÓRIOS APERFEIÇOADO	134.531,25
P - Controle de Precatórios aperfeiçoado	134.531,25
S - PRODUTO 4. GESTÃO CONTÁBIL FORTALECIDA	387.812,50
P - Gestão contábil fortalecida	387.812,50
S - PRODUTO 5. CONTROLE DA DÍVIDA PÚBLICA APERFEIÇOADO	223.125,00
P - Controle da Dívida Pública aperfeiçoado	223.125,00
S - PRODUTO 6. MODELO DE GESTÃO DE CUSTOS IMPLANTADO	297.500,00
P - Modelo de Gestão de Custos Implantado	297.500,00
C - GESTÃO DO PROJETO	380.000,00
P - Monitoramento e avaliação	223.750,00
P - Auditoria	156.250,00

Legenda: Componente (C), Subcomponente (S) e Produto(P).

Resumo dos Componentes:

C - GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL

Produto 1. modelo de gestão estratégica implementado, contemplando: (i) Implantação do processo de planejamento estratégico na SEFAZ/AP; (ii) Implantação da gestão de riscos institucionais; (iii) implantação da unidade central de gestão fazendária; (iv) redesenho de processo organizacional; (v) aperfeiçoamento da corregedoria e implantação do controle interno na SEFAZ; e (vi) implantação da Gestão Eletrônica de Documentos e Processos (GED).

Produto 2. gestão de pessoas aperfeiçoado e integrado, contemplando: (i) implantação de modelo de gestão de pessoas comtemplando o mapeamento dos perfis e competencias do servidores; (ii) implantação de modelo de gestão do conhecimento; e (iii) fortalecimento institucional da administração fazendaria.

Produto 3. gestão de tecnologia da informação e comunicação aperfeiçoado, contemplando: (i) implantação do Plano Diretor de tecnologia ? PDTI; (ii) implantação de Modelo de Segurança da SEFAZ/AP; e (iii) implantação de datacenter (servidores, backup, sala-cofre).

Produto 4. mecanismos de transparência e comunicação com a sociedade fortalecidos, contemplando: (i) ampliação do programa de educação fiscal; e (ii) aprimorar o portal da transparência.

S - PRODUTO 1. MODELO DE GESTÃO ESTRATÉGICA IMPLEMENTADO

(i) Implantação do processo de planejamento estratégico na SEFAZ/AP; (ii) Implantação da gestão de riscos institucionais; (iii) implantação da unidade central de gestão fazendária; (iv) redesenho de processo organizacional; (v) aperfeiçoamento da corregedoria e implantação do controle interno na SEFAZ; e (vi) implantação da Gestão Eletrônica de Documentos e Processos (GED)

P - Modelo de Gestão Estratégica Implementado

P Modelo de Gestão Estratégica Implementado: implantação da unidade central de gestão fazendária: Capacitação, Serviços de Consultoria, Bens, Serviços que não são de Consultoria e Obras.

S - PRODUTO 2. GESTÃO DE PESSOAS APERFEIÇOADO E INTEGRADO

(i) implantação de modelo de gestão de pessoas comtemplando o mapeamento dos perfis e competencias do servidores; (ii) implantação de modelo de gestão do conhecimento; e (iii) fortalecimento institucional da administração fazendaria

P - Gestão de pessoas aperfeiçoado e integrado

P Gestão de pessoas aperfeiçoado e integrado ? implantação do modelo de gestão por competência: Capacitação (USD 524.000,00), Serviços de Consultoria (USD 490.000,00), Bens (USD 200.000,00), Serviços que não são de Consultoria(USD 800.000,00).

S - PRODUTO 3. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO APERFEIÇOADO

(i) implantação do Plano Diretor de tecnologia ? PDTI; (ii) implantação de Modelo de Segurança da SEFAZ/AP; e (iii) implantação de datacenter (servidores, backup, sala-cofre)

P - Gestão de tecnologia da informação e comunicação aperfeiçoado

P Gestão de tecnologia da informação e comunicação aperfeiçoado ? implantação do datacenter: Capacitação , Serviços de Consultoria , e Bens.

S - PRODUTO 4. MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA E COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE FORTALECIDOS

(i) ampliação do programa de educação fiscal; e (ii) aprimorar o portal da transparência

P - Mecanismos de transparência e comunicação com a sociedade fortalecidos

P Mecanismos de transparência e comunicação com a sociedade fortalecidos: ampliação do Programa de Educação Fiscal: Capacitação, Bens e Serviços que não são de Consultoria.

C - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL

Produto 1. mecanismos de política tributária modernizados, contemplando: (i) implantação de controle da concessão de benefícios fiscais; e (ii) aprimoramento da legislação tributária.
Produto 2. aperfeiçoamento do sate com integração à redesim e sped, e solução para o itcmd, contemplando: (i) aprimoramento da integração do SATE à REDESIM e SPED; (ii) implantação do controle automatizado do ITCMD; e (iii) aimplificação das obrigações tributárias.
Produto 3. modernização da fiscalização e inteligência fiscal, contemplando: (i) auditoria e inteligência fiscal modernizada; e (ii) fiscalização de trânsito.
Produto 4. aperfeiçoamento do contencioso fiscal e da dívida ativa, contemplando: (i) novo modelo de contencioso tributário; e (ii) implantação de órgão preparador.
Produto 5. modelo de atendimento integral ao contribuinte implantado, contemplando os canais presencial e virtual.
Produto 6. implantação de um novo modelo de recuperação de crédito, contemplando: (i) novo modelo de cobrança; (ii) implantação de sistemática de controle de restituição/compensação/ressarcimento; (iii) reestruturação do modelo de parcelamento; (iv) aprimoramento do sistema de conciliação bancária da conta arrecadação; e (v) integração do SATE ao SISCOMEX.

S - PRODUTO 1. MECANISMOS DE POLÍTICA TRIBUTÁRIA MODERNIZADOS
(i) implantação de controle da concessão de benefícios fiscais; e (ii) aprimoramento da legislação tributária

P - Mecanismos de política tributária modernizados
P Mecanismos de política tributária modernizados ? implantação do controle de concessão de benefícios fiscais: Capacitação (USD 16. 000,00), Serviços de Consultoria(USD 200.000,00), Bens (USD 45.000,00) e Serviços que não são de Consultoria(USD 1.100.000,00).

S - PRODUTO 2. APERFEIÇOAMENTO DO SATE COM INTEGRAÇÃO À REDESIM E SPED, E SOLUÇÃO PARA O ITCMD
(i) aprimoramento da integração do SATE à REDESIM e SPED; (ii) implantação do controle automatizado do ITCMD; e (iii) aimplificação das obrigações tributárias

P - Aperfeiçoamento do SATE com integração à REDESIM e SPED, e solução para o ITCMD
P Aperfeiçoamento do SATE com integração à REDESIM e SPED, e solução para o ITCMD ? simplificação das obrigações tributárias: Capacitação (USD 56.000,00), Serviços de Consultoria (USD 1.300.000,00), Bens (USD 100.000,00) e Serviços que não são de Consultoria (USD 150.000,00).

S - PRODUTO 3. MODERNIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO E INTELIGÊNCIA FISCAL
(i) auditoria e inteligência fiscal modernizada; e (ii) fiscalização de trânsito

P - Modernização da Fiscalização e Inteligência Fiscal
P Modernização da Fiscalização e Inteligência Fiscal - auditoria e inteligência fiscal modernizada: Capacitação (USD 330.000,00), Serviços de Consultoria(USD 1.600.000,00), Bens (USD 15.204.500,00), Serviços que não são de Consultoria (USD 4.000.000,00) e Obras (USD 8.000.000,00).

S - PRODUTO 4. APERFEIÇOAMENTO DO CONTENCIOSO FISCAL E DA DÍVIDA ATIVA
(i) novo modelo de contencioso tributário; e (ii) implantação de órgão preparador

P - Aperfeiçoamento do Contencioso Fiscal e da Dívida Ativa
P Aperfeiçoamento do Contencioso Fiscal e da Dívida Ativa ? novo modelo de contencioso implantado: Capacitação (USD 42.000,00), Serviços de Consultoria (USD 1.450.000,00) e Bens (USD 68.000,00).

S - PRODUTO 5. MODELO DE ATENDIMENTO INTEGRAL AO CONTRIBUINTE IMPLANTADO
canais presencial e virtual

P - Modelo de atendimento integral ao contribuinte implantado
P Modelo de atendimento integral ao contribuinte implantado: Capacitação (USD 66.000,00), Serviços de Consultoria(USD 800.000,00), Bens (USD 475.000,00) e Obras (USD 600.000,00).

S - PRODUTO 6. IMPLANTAÇÃO DE UM NOVO MODELO DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO
(i) novo modelo de cobrança; (ii) implantação de sistemática de controle de restituição/compensação/ressarcimento; (iii) reestruturação do modelo de parcelamento; (iv) aprimoramento do sistema de conciliação bancária da conta arrecadação; e (v) integração do SATE ao SISCOMEX

P - Implantação de um novo modelo de recuperação de crédito
P Implantação de um novo modelo de recuperação de crédito ? novo modelo de cobrança implantado: Capacitação, Serviços de Consultoria e Bens .

C - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO

Produto 1. fortalecimento do planejamento e execução orçamentária, contemplando: (i) implantação de Carteira de Investimentos; e (ii) implantação de modelo de avaliação de impacto (despesas obrigatórias).
Produto 2. gestão financeira fortalecida, contemplando: (i) gestão Financeira fortalecida; e (ii) implantação da sistematica de distribuição da Cota a parte no SATE.
Produto 3. controle de precatórios aperfeiçoado, contemplando a implantação de módulo no sistema integrado de planejamento, execução orçamentária e gestão financeira.
Produto 4. gestão contábil fortalecida, contemplando aperfeiçoamento do Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SIPLAG); implantação da Gestão Contábil dos Bens Patrimoniais.
Produto 5. controle da dívida pública aperfeiçoado, contemplando implantação de módulo no sistema integrado de planejamento, execução orçamentária e gestão financeira.
Produto 6. modelo de gestão de custos implantado, contemplando implantação de metodologia e de módulo no sistema integrado de planejamento, execução orçamentária e gestão financeira.

S - PRODUTO 1. FORTALECIMENTO DO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
(i) implantação de Carteira de Investimentos; e (ii) implantação de modelo de avaliação de impacto (despesas obrigatórias)

P - Fortalecimento do planejamento e execução orçamentária
P Fortalecimento do planejamento e execução orçamentária ? implantação da carteira de investimentos: Capacitação (USD 63.000,00), Serviços de Consultoria (USD 500.000,00), e Serviços que não são de Consultoria (USD 200.000,00).

S - PRODUTO 2. GESTÃO FINANCEIRA FORTALECIDA
(i) gestão Financeira fortalecida; e (ii) implantação da sistematica de distribuição da Cota a parte no SATE

P - Gestão financeira fortalecida
P Gestão financeira fortalecida ? implantação do modelo de gestão financeira: Capacitação (USD 90.000,00), Serviços de Consultoria (USD 300.000,00), Bens (USD 45.000,00) e Serviços que não são de Consultoria (USD 500.000,00)

S - PRODUTO 3. CONTROLE DE PRECATÓRIOS APERFEIÇOADO
implantação de módulo no sistema integrado de planejamento, execução orçamentária e gestão financeira

P - Controle de Precatórios aperfeiçoado
P Controle de Precatórios aperfeiçoado ? implantação do módulo de precatório no SIPLAG: Capacitação (USD 8.000,00), Serviços de Consultoria (USD 400.000,00) e Bens(USD 22.500,00).

S - PRODUTO 4. GESTÃO CONTÁBIL FORTALECIDA
aperfeiçoamento do Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SIPLAG); implantação da Gestão Contábil dos Bens Patrimoniais

P - Gestão contábil fortalecida
P Gestão contábil fortalecida ? aperfeiçoamento do SIPLAG: Capacitação (USD 56.000,00), Serviços de Consultoria(USD 1.050.000, 00) e Bens (USD 135.000,00).

S - PRODUTO 5. CONTROLE DA DÍVIDA PÚBLICA APERFEIÇOADO
implantação de módulo no sistema integrado de planejamento, execução orçamentária e gestão financeira

P - Controle da Dívida Pública aperfeiçoado
P Controle da Dívida Pública aperfeiçoado ? implantação do módulo de dívida pública no SIPLAG: Capacitação (USD 69.000,00), Serviços de Consultoria(USD 200.000,00), Bens (USD 45.000,00), e Serviços que não são de Consultoria (USD 400.000,00).

S - PRODUTO 6. MODELO DE GESTÃO DE CUSTOS IMPLANTADO
contemplando implantação de metodologia e de módulo no sistema integrado de planejamento, execução orçamentária e gestão financeira

P - Modelo de Gestão de Custos Implantado
P Modelo de Gestão de Custos Implantado ? implantação da gestão de custos: Capacitação (USD 175.000,00), Serviços de Consultoria (USD 300.000,00), Bens (USD 77.000,00) e Serviços que não são de Consultoria (USD 400.000,00).

C - GESTÃO DO PROJETO
Monitoramento e avaliação e Auditoria

P - Monitoramento e avaliação
P - Monitoramento e avaliação - Metas de resultados monitorados: Capacitação 180.000,00 Serviços de Consultoria(USD 300.000,00), Bens (USD 36.000,00), e Serviços que não são de Consultoria (USD 200.000,00).

P - Auditoria

P - Auditoria - Prestação de contas auditadas: Serviços que não são de Consultoria (USD 500.000,00).

2.8. PROJETO/ETAPAS REALIZADAS

AVANÇOS E RESULTADOS ALCANÇADOS

Não obstante a inviabilidade de acesso ao PROFISCO I por externalidades, foram promovidos avanços relevantes na Administração Fiscal nos últimos anos, a exemplo da implantação dos projetos nacionais (SPED, NF-e, CT-e, MDF-e, EFD, entre outras inovações).

Com o apoio dos grupos nacionais ligados ao CONFAZ (p.ex. ENCAT, COTEPE, FFEB), recursos próprios e originários do PMAE/BNDES, implantou-se o Sistema de Administração Tributária (SATE), uma solução integrada que viabilizou a modernização da Administração Tributária, simplificação de obrigações tributárias e melhor atendimento ao contribuinte.

DIAGNÓSTICO

É preciso reconhecer a defasagem decorrente da inviabilidade de acesso ao PROFISCO I/BID, decorrente de externalidades, resultando no sucateamento do parque tecnológico e outras adversidades que reforçam a necessidade da contratação ora solicitada. A crise e a inerente indisponibilidade de recursos para investimentos comprometeu ainda as áreas do Tesouro Estadual, que se encontram em situação de precariedade, com prejuízos para a gestão fiscal e subsequente equilíbrio das contas públicas e sustentabilidade do Estado do Amapá.

Assim, com base em metodologia diagnóstica formulada em cooperação com a Comissão de Gestão Fazendária (COGEF), que permite avaliar a Maturidade e o Desempenho da Gestão Fiscal (MD GEFIS), os dirigentes e técnicos estaduais identificaram um conjunto de problemas que poderiam ser objeto de ações de modernização, por área de intervenção

2.9. Projeto/Abrangência Geográfica

Abrangência Geográfica: /EstadualSem detalhes

Estado do Amapá ()

2.10. PROJETO/PÚBLICO ALVO

PROJETO/PÚBLICO ALVO

As ações aqui previstas deverão repercutir no conjunto da sociedade do Estado do Amapá elevando sua capacidade em prover os serviços públicos por meio do incremento do nível da receita própria e da melhoraria da qualidade dos gastos públicos em bases sustentáveis.

2.11. PROJETO/BENEFICIÁRIO

PROJETO/BENEFICIÁRIO

Para população, os resultados positivos estarão relacionados com melhorias na arrecadação, redução do gastos e transparência fiscal, contribuindo para uma melhoria na qualidade de vida tanto dos contribuintes quanto da sociedade em geral.

Destaca-se, também, que o projeto beneficiará distintos órgãos da administração pública estadual tais como: Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN), relativamente ao aprimoramento do SIPLAG, Secretaria de Estado da Administração (SEAD), relativo à integração do SIGA e SIGRH, e Procuradoria Geral do Estado (PGE), quanto à dívida ativa.

2.12. PROJETO/GARANTIA DA UNIÃO

Sim

3. Financiamento

3.1. Financiamento/Fonte

Moeda do Financiamento: Dólar

Fontes Externas	Sigla	Moeda	Valor Proposto	Taxa de Câmbio	Valor de Referência US$
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	BID	US$	30.000.000,00	1,00	30.000.000,00
Fontes Internas	**Sigla**	**Moeda**	**Valor Proposto**	**Taxa de Câmbio**	**Valor de Referência US$**

Contrapartida Financeira	CF	US$	3.000.000,00	1,00	3.000.000,00
Total:			33.000.000,00		33.000.000,00

3.2. FINANCIAMENTO/INDICAÇÃO DE CONTRAGARANTIAS

O Poder Executivo fica autorizado a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos artigos 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155 da Constituição Federal, nos termos do § 4º, do artigo 167, bem como outras garantias em direito admitidas.

Opção selecionada: Não se aplica

4. Execução

4.1. EXECUÇÃO/ARRANJO INSTITUCIONAL

EXECUÇÃO/ARRANJO INSTITUCIONAL

O mutuário da operação será o Governo do Estado do Amapá. O monitoramento e a avaliação do Projeto e dos seus resultados serão realizados pela unidade de coordenação e execução de projetos especiais (UCEPE) no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ).

As avaliações realizadas dos projetos encerrados do PROFISCO demonstram que ações de fortalecimento da capacidade institucional da equipe estadual na preparação, execução, monitoramento e avaliação de projetos desenvolvidas no âmbito do Programa serão de fundamental importância para a melhoria do desempenho na execução do PROFISCO II AP, conforme segue: (i) capacitação continuada dos membros da UCEPE, líderes de produtos, técnicos das áreas de compras, procuradores e técnicos do controle interno, nas políticas de aquisições de organismos internacionais e na formulação de termos de referência e elaboração de especificações técnicas, segundo um conjunto de documentos padronizados; (ii) utilização do sistema financeiro estadual para execução do projeto (Sistema de Planejamento, Orçamento e Gestão - SIPLAG); (iii) utilização da Comissão Permanente de Licitação (CPL) da SEFAZ para atendimento ao PROFISCO.

Ademais, a troca de experiências com outros estados, por meio dos grupos técnicos vinculados ao Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) e ao Comitê dos Secretários de Estado da Fazenda (COMSEFAZ), em especial a Comissão de Gestão Fazendária (COGEF), permitirá a realização de visitas técnicas para transferência de tecnologias, o compartilhamento e cessão de soluções e o amadurecimentos operacional das áreas gerencial e técnica dos órgãos fazendários.

Matriz de Responsabilidade: Anexo Técnico 3

4.2. Execução/Executores

Executor: Governo do Estado do Amapá
Representante Oficial:
Endereço da Sede:
Telefone: Fax:
CNPJ: UF: AP

Executor: Secretaria da Receita Estadual do Amapá
Representante Oficial:
Endereço da Sede:
Telefone: Fax:
CNPJ: UF: AP

4.3. Execução/Prazo

Prazo de Desembolso: 5 **Anos**

4.4. Execução/Cronograma

COMPONENTES	VALOR CUSTO	Ano 1 FONTES BID	Ano 1 FONTES CF	Ano 2 FONTES BID	Ano 2 FONTES CF	Ano 3 FONTES BID	Ano 3 FONTES CF	Ano 4 FONTES BID	Ano 4 FONTES CF	Ano 5 FONTES BID	Ano 5 FONTES CF	TOTAL PLANEJADO
C - GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL	19.407.656,25	5.205.094,00		5.331.418,00		5.352.847,50		1.811.597,00		1.106.699,75	600.000,00	19.407.656,25
S - PRODUTO 1. MODELO DE GESTÃO ESTRATÉGICA IMPLEMENTADO	10.309.062,50	3.436.354,00		3.436.354,00		3.436.354,50						10.309.062,50

P - Modelo de Gestão Estratégica Implementado	10.309.062,50	3.436.354,00		3.436.354,00		3.436.354,50						10.309.062,50
S - PRODUTO 2. GESTÃO DE PESSOAS APERFEIÇOADO E INTEGRADO	629.375,00	104.896,00		209.792,00		209.792,00		104.895,00				629.375,00
P - Gestão de pessoas aperfeiçoado e integrado	629.375,00	104.896,00		209.792,00		209.792,00		104.895,00				629.375,00
S - PRODUTO 3. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO APERFEIÇOADO	8.319.218,75	1.663.844,00		1.663.844,00		1.663.844,00		1.663.844,00		1.063.842,75	600.000,00	8.319.218,75
P - Gestão de tecnologia da informação e comunicação aperfeiçoado	8.319.218,75	1.663.844,00		1.663.844,00		1.663.844,00		1.663.844,00		1.063.842,75	600.000,00	8.319.218,75
S - PRODUTO 4. MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA E COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE FORTALECIDOS	150.000,00			21.428,00		42.857,00		42.858,00		42.857,00		150.000,00
P - Mecanismos de transparência e comunicação com a sociedade fortalecidos	150.000,00			21.428,00		42.857,00		42.858,00		42.857,00		150.000,00
C - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL	11.638.750,00	2.138.880,00	600.000,00	2.351.511,00	600.000,00	2.351.511,00	600.000,00	2.267.863,50	600.000,00	128.984,50		11.638.750,00
S - PRODUTO 1. MECANISMOS DE POLÍTICA TRIBUTÁRIA MODERNIZADOS	425.312,50	53.164,00		106.328,00		106.328,00		106.328,00		53.164,50		425.312,50
P - Mecanismos de política tributária modernizados	425.312,50	53.164,00		106.328,00		106.328,00		106.328,00		53.164,50		425.312,50
S - PRODUTO 2. APERFEIÇOAMENTO DO SATE COM INTEGRAÇÃO À REDESIM E SPED, E SOLUÇÃO PARA O ITCMD	501.875,00	83.646,00		167.292,00		167.292,00		83.645,00				501.875,00
P - Aperfeiçoamento do SATE com integração à REDESIM e SPED, e solução para o ITCMD	501.875,00	83.646,00		167.292,00		167.292,00		83.645,00				501.875,00
S - PRODUTO 3. MODERNIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO E INTELIGÊNCIA FISCAL	9.104.531,25	1.676.133,00	600.000,00	1.676.133,00	600.000,00	1.676.133,00	600.000,00	1.676.132,25	600.000,00			9.104.531,25
P - Modernização da Fiscalização e Inteligência Fiscal	9.104.531,25	1.676.133,00	600.000,00	1.676.133,00	600.000,00	1.676.133,00	600.000,00	1.676.132,25	600.000,00			9.104.531,25
S - PRODUTO 4. APERFEIÇOAMENTO DO CONTENCIOSO FISCAL E DA DÍVIDA ATIVA	487.500,00	121.875,00		121.875,00		121.875,00		121.875,00				487.500,00
P - Aperfeiçoamento do Contencioso Fiscal e da Dívida Ativa	487.500,00	121.875,00		121.875,00		121.875,00		121.875,00				487.500,00
S - PRODUTO 5. MODELO DE ATENDIMENTO INTEGRAL AO CONTRIBUINTE IMPLANTADO	606.562,50	75.820,00		151.641,00		151.641,00		151.640,50		75.820,00		606.562,50
P - Modelo de atendimento integral ao contribuinte implantado	606.562,50	75.820,00		151.641,00		151.641,00		151.640,50		75.820,00		606.562,50
S - PRODUTO 6. IMPLANTAÇÃO DE UM NOVO MODELO DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO	512.968,75	128.242,00		128.242,00		128.242,00		128.242,75				512.968,75
P - Implantação de um novo modelo de recuperação de crédito	512.968,75	128.242,00		128.242,00		128.242,00		128.242,75				512.968,75
C - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO	1.573.593,75	312.553,00		585.807,50		489.296,25		136.354,00		49.583,00		1.573.593,75
S - PRODUTO 1. FORTALECIMENTO DO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	238.437,50			119.219,00		119.218,50						238.437,50
P - Fortalecimento do planejamento e execução orçamentária	238.437,50			119.219,00		119.218,50						238.437,50

S - PRODUTO 2. GESTÃO FINANCEIRA FORTALECIDA	292.187,50	146.094,00		146.093,50								292.187,50
P - Gestão financeira fortalecida	292.187,50	146.094,00		146.093,50								292.187,50
S - PRODUTO 3. CONTROLE DE PRECATÓRIOS APERFEIÇOADO	134.531,25			67.266,00		67.265,25						134.531,25
P - Controle de Precatórios aperfeiçoado	134.531,25			67.266,00		67.265,25						134.531,25
S - PRODUTO 4. GESTÃO CONTÁBIL FORTALECIDA	387.812,50	129.271,00		129.271,00		129.270,50						387.812,50
P - Gestão contábil fortalecida	387.812,50	129.271,00		129.271,00		129.270,50						387.812,50
S - PRODUTO 5. CONTROLE DA DÍVIDA PÚBLICA APERFEIÇOADO	223.125,00	37.188,00		74.375,00		74.375,00		37.187,00				223.125,00
P - Controle da Dívida Pública aperfeiçoado	223.125,00	37.188,00		74.375,00		74.375,00		37.187,00				223.125,00
S - PRODUTO 6. MODELO DE GESTÃO DE CUSTOS IMPLANTADO	297.500,00			49.583,00		99.167,00		99.167,00		49.583,00		297.500,00
P - Modelo de Gestão de Custos Implantado	297.500,00			49.583,00		99.167,00		99.167,00		49.583,00		297.500,00
C - GESTÃO DO PROJETO	380.000,00	44.750,00		83.813,00		83.813,00		83.813,00		83.811,00		380.000,00
P - Monitoramento e avaliação	223.750,00	44.750,00		44.750,00		44.750,00		44.750,00		44.750,00		223.750,00
P - Auditoria	156.250,00			39.063,00		39.063,00		39.063,00		39.061,00		156.250,00

Legenda: Componente (C), Subcomponente (S) e Produto(P).

5. Riscos

5.1. RISCOS/ATOS LEGAIS

5.2. RISCOS/CONTRATAÇÕES

5.3. RISCOS/DESAPROPRIAÇÕES

5.4. RISCOS/IMPACTOS AMBIENTAIS

5.5. RISCOS/IMPACTOS SOCIAIS

5.6. RISCOS/REASSENTAMENTOS

5.7. RISCOS/INFORMAÇÕES À STN

A governabilidade do governo estadual sobre as ações do projeto minimiza possíveis riscos de execução e outras externalidades que poderiam gerar impactos negativos sobre o desenvolvimento do Projeto. As atividades previstas encontram-se harmonizadas com o PPA estadual (2016 -2019) e em consequência com os objetivos, diretrizes, metas e prioridades traçadas pelo Estado.

5.8. Execução/Contatos

CPF: 126.175.552-91
Nome: Antônio Waldez Góes da Silva
Orgão: Palacio do Setentrião
Estado: Estado do Amapá
Município: MUNICIPIO DE MACAPA
Endereço: Av General Rondon Centro
CEP: 68908-081
E-mail: gabinetegovernador@amapa.gov.br
Cargo: Governador de Estado
Fax:
Telefone: 9621018404
Tipo: Titular
Celular:

CPF: 432.308.492-72
Nome: Josenildo Santos Abrantes
Orgão: Secretaria de Estado da Fazenda
Estado: Estado do Amapá
Município: MUNICIPIO DE MACAPA
Endereço: Av. Procópio Rola, 90 - Central
CEP: 68900-081
E-mail: secretario@sefaz.ap.gov.br
Cargo: Secretario de Estado da Fazenda do Amapa
Fax:
Telefone: 9640095351
Tipo: Substituto
Celular: 96999714007

CPF: 209.822.082-00
Nome: Tânia Mara Espíndola dos Santos
Orgão: Secretaria de Estado da Fazenda
Estado: Estado do Amapá
Município: MUNICIPIO DE MACAPA
Endereço: Av. Procópio Rola, 90 - Central
CEP: 06890-081
E-mail: tmara.ap@hotmail.com
Cargo: Gerente Técnico
Fax:
Telefone: 9640099351
Tipo: Técnico
Celular: 96991144043

CPF: 041.730.582-68
Nome: Afonso Vitor Correa da Costa
Orgão: Secretaria de Estado da Fazenda
Estado: Estado do Amapá
Município: MUNICIPIO DE MACAPA
Endereço: Av. Procópio Rola, 90 - Central
CEP: 68900-081
E-mail: afonsovitorcc@hotmail.com
Cargo: Gerente Administrativo Financeiro
Fax:

Telefone: 9640099351
Celular: 96991113808
Tipo: Técnico

CPF: 744.016.888-72
Nome: Edvaldo de Azevedo Souza
Orgão: Secretaria de Estado da Fazenda
Estado: Estado do Amapá
Município: MUNICIPIO DE MACAPA
Endereço: Av. Procópio Rola, 90 - Central
CEP: 68900-081
E-mail: meremengo@bol.com.br
Cargo: Gerente Gereal UCEPE-AP
Fax:
Telefone: 9640099351
Tipo: Técnico
Celular: 96981148630

CPF: 226.059.242-20
Nome: Lana de Nazaré Teles do Nascimento
Orgão: Secretaria de Estado da Fazenda
Estado: Estado do Amapá
Município: MUNICIPIO DE MACAPA
Endereço: Av. Procópio Rola, 90
CEP: 68900-081
E-mail: lanateles.ltn@gmail.com
Cargo: Auditor Fiscal
Fax:
Telefone: 40099351
Tipo: Técnico
Celular: 9699711467

CPF: 726.697.302-30
Nome: Josué Alves de Souza Júnior
Orgão: Secretaria de Estado da Fazenda
Estado: Estado do Amapá
Município: MUNICIPIO DE MACAPA
Endereço: Av. Procópio Rola, 90 - Central
CEP: 69900-081
E-mail: josuejunior@bol.com.br
Cargo: Gerente Técnico
Fax:
Telefone: 9640099351
Tipo: Técnico
Celular: 96981157589

CPF: 007.357.239-07
Nome: Eduardo Correa Tavares
Orgão: Secretaria de Estado da Fazenda
Estado: Estado do Amapá
Município: MUNICIPIO DE MACAPA
Endereço: Av. Procópio Rola, 90 - Central
CEP: 68900-081
E-mail: eduardo.correa.tavares@gmail.com
Cargo: Coordenador de Fiscalização
Fax:
Telefone: 9640099351
Tipo: Técnico
Celular: 96981002816

CPF: 093.490.062-00
Nome: Augustinho Pinheiro de Lima
Orgão: Secretaria de Estado da Fazenda
Estado: Estado do Amapá
Município: MUNICIPIO DE MACAPA
Endereço: Av. Procópio Rola, 90 - Central
CEP: 68900-051
E-mail: augostinho.lima@hotmail.com
Cargo: Fiscal de Tributos
Fax:
Telefone: 9640099351
Tipo: Outros
Celular: 96991187831